

IDENTIDADE MARGINAL: PROCESSOS CULTURAIS NA PERIFERIA

Juliana de Almeida Goiz¹

Resumo: O presente estudo tem como objetivo, analisar algumas expressões culturais características da periferia, sendo elas o movimento Hip Hop e a Literatura Marginal como ferramentas de (re)significação dos espaços e atores sociais, bem como estudar os processos de construção identitária dos sujeitos periféricos. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca da contextualização histórica quanto às desigualdades sociais específicas destas regiões e suas conseqüências no padrão de vida da população marginalizada. Para analisar a construção identitária dos sujeitos periféricos, ancoramos nossas colocações nos estudos de Stuart Hall, Zygmunt Bauman e Kathryn Woodward. Assim, esta pesquisa busca realizar algumas reflexões sobre os processos de transformação da periferia de São Paulo, através da inclusão social e valorização dos movimentos culturais como promotores do sentimento de pertencimento e construção de identidades positivas.

Palavras-chave: Periferia; Marginal; Cultura; Identidade

1. Considerações iniciais

A constituição sócio-espacial da cidade de São Paulo era, sobretudo, centralizada, de forma que no centro estavam concentradas as instituições públicas, o poder político, os serviços, o comércio e neste espaço também ocorriam as principais manifestações artísticas e culturais. Partindo deste pressuposto, os bairros localizados nos extremos da cidade, as denominadas regiões periféricas, atuavam como bairros dormitórios, residência de trabalhadores que se deslocavam das periferias para os centros em busca de trabalho, serviços públicos e lazer.

¹ Discente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo amaro (UNISA). E-mail: Juliana.goiz@bol.com.br.

Segundo o dicionário Michaelis, periferia seria uma região distante do centro urbano, com pouca ou nenhuma estrutura e serviços, onde vive a população de baixa renda. A concepção de periferia contida no dicionário remete a situação de exclusão e marginalização social, contudo, conforme afirma o geógrafo Milton Santos, “gente junta cria cultura” SANTOS (2008, p. 67), isto posto, este trabalho tem três objetivos, (I) contextualizar os processos de segregação social ocorridos na cidade de São Paulo, (II) estudar as expressões culturais características da periferia, sendo elas o movimento Hip Hop e a Literatura marginal como ferramentas de (re)significação dos espaços e atores sociais (III) analisar os processos de construção identitária dos sujeitos periféricos.

Para analisar os processos históricos e sociais da periferia e estudar as manifestações culturais através do Hip Hop e da literatura Marginal, utilizamos como método o levantamento bibliográfico. Para analisar a construção identitária dos sujeitos periféricos, ancoramos nossas colocações nos estudos de Stuart Hall, Zygmunt Bauman e Kathryn Woodward.

Nosso corpus científico é composto pelas produções culturais do Hip Hop e da Literatura marginal como ferramentas de contestação política utilizada por sujeitos periféricos principalmente a partir da década de 1990.

Nossa hipótese inicial é que os espaços periféricos vêm adquirindo novos significados através da atuação de representantes que ancoram suas ações em projetos culturais, com fins comunitários que exercem funções políticas indispensáveis para a visibilidade de sujeitos historicamente silenciados e invisibilizados, ou seja, os moradores das periferias.

Desta forma, este trabalho busca compreender o amplo universo que materializa os movimentos culturais na periferia de São Paulo, compreendendo os elementos que atuam como símbolos positivos formadores de identidade e pertencimento nestes ambientes que têm contribuído com a formação de uma nova geração de pessoas contestadoras, participativas e sobretudo, visíveis.

2. Desigualdade social: contextualização histórica

A constituição da nação brasileira é marcada pela concentração de renda com conseqüente desigualdade social. Ainda que tenhamos vivido momentos históricos de emancipação, tais como a Independência do Brasil, em 1822, a assinatura da Lei Áurea,

que proponha o término da escravidão dos negros, em 1888, o fim da monarquia com a Proclamação da República em 1889, a expansão da urbanização e a ampliação das indústrias, esses procedimentos foram desenvolvidos sem significativas transformações no padrão de vida das populações marginalizadas, de forma que as elites nacionais permaneceram com seus privilégios inalterados, conforme nos aponta Pochmann:

Tem sido marcante no Brasil a inalteração do jogo distributivo, mesmo quando se trata do aparecimento de novos jogadores e da mudança do perfil de geração e apropriação da riqueza. Embora o país tenha passado pela fase colonial entre 1500 e 1822, pela fase monárquica entre 1822 e 1899 e, por fim, pela fase republicana (pós 1889), não parece haver registros de modificação substancial no perfil distributivo. POCHMANN (2004, p.27).

O alicerce da desigualdade e exclusão social se evidencia com base em alguns fatores, tais como a concentração de riqueza através dos grandes latifúndios, as heranças transmitidas aos progenitores no decorrer dos séculos, o monopólio da produção, baseado no trabalho rural através do extrativismo vegetal e mineral e a utilização de trabalho escravo, seja ele indígena, negro ou das populações camponesas, como trabalhadores rurais no Norte e Nordeste brasileiro.

Segundo o censo de 2010, 68% das famílias mais ricas do Brasil residem em São Paulo². A capital paulista possui a maior frota de helicópteros do mundo, no total 411 aeronaves registradas. São Paulo também é a maior revendedora do mundo de carros Ferrari³. Para usufruir deste padrão de vida, essa população passa a ter um convívio social limitado a espaços destinados a esta classe e a residir em condomínios fechados, caracterizados pelo alto esquema de segurança privada, muros inescaláveis, guaritas, vigilância armada, entre outros, o que os assemelha a castelos medievais, moradia da nobreza na Idade Média. Desta forma, a elite econômica efetivamente se segrega dos elementos mais pobres da sociedade.

Em contrapartida, no outro lado da cidade na denominada *periferia*, há tensões sociais frequentes, tais como o desemprego, escassos serviços de saúde, educação, saneamento básico, lazer e transporte, o que promove a baixa qualidade de vida destes cidadãos. O Estado, por sua vez, responde violentamente a estas demandas através de

² Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicis2015/default_tab_xls.shtm. Acesso em 26/05/2016.

³ Disponível em: <http://www.institutochamberlain.org/modules.php?name=News&op=show&nid=152>. Acesso em 26/05/2016.

forte aparelhamento de segurança pública em conjunção com a repressão policial, promovendo assim, uma espécie de criminalização da pobreza.

Desta forma, se rotula delimitados grupos sociais, especialmente aqueles denominados de forma pejorativa como vulneráveis, ao contrário de se problematizar a violência estrutural em suas diversas formas, tais como a exclusão e a desigualdade social. A razão governamentalizada, a fim de garantir a contenção das desordens geradas pela retração da proteção social, utiliza-se da estratégia de criminalização dos grupos considerados potencialmente perigosos (WACQUANT, 2003, p. 30).

Desta forma, o Estado passa a ser ferramenta indispensável para a manutenção de privilégios das classes dominantes, se utilizando do instrumento violência para garantir seus interesses. Podemos verificar esta dinâmica através dos processos de remoção de comunidades carentes, em atendimento à especulação imobiliária, bem como por meio de uma breve análise da população carcerária e dos índices de morte por assassinato de jovens, em sua ampla maioria pobres e pretos.

De acordo com o Mapa da Violência 2015⁴, 42.426 pessoas foram vítimas de armas de fogo no Brasil, o que computa a média de 116 óbitos a cada dia, destes, 94,5%, ou seja, 40.077 óbitos foram conseqüências de homicídios. 59% dos homicídios com armas de fogo, ou seja, 24.882 foram de pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

Segundo o Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)⁵, órgão do Ministério da Saúde, morreram 142% mais pessoas negras que brancas por homicídios com armas de fogo. O total foi de 28.946 vítimas negras, contra 10.632 vítimas brancas. Houve predominância de homens, 94%, sendo que destes, 95% tinha faixa etária entre 15 e 29 anos.

Através dos dados apresentados, podemos visualizar uma breve contextualização histórica da constituição das desigualdades sociais no Brasil, bem como do aparelhamento de segurança estatal com o objetivo de criminalizar a pobreza e alguns dados sobre a violência em nossa sociedade, posto isto, apresentaremos a seguir algumas considerações quanto à atuação da cultura Hip Hop na periferia, como agente de conscientização sócio-histórica.

⁴ Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/map_of_violence_examines_deaths_by_firearms_in_brazil_from_1980_to_2012/#.V0h77PkrJdg. Acesso em: 27/05/2016

⁵ Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/mortalidade>. Acesso em: 27/05/2016

3. O Hip Hop na periferia: uma ferramenta de emancipação social

O Hip-Hop é uma cultura artística de contestação, baseada na música (*rap*), na dança (*break*) e escritas/desenhos (*graffiti*), que surgiu em meados da década de 70, nas regiões afro-americanas de Nova York, como forma de manifestar as demandas da população marginalizada que residia em guetos pela cidade, enfrentando uma amplitude de adversidades, tais como a violência, o tráfico de drogas, a pobreza, entre outras, conforme afirma PATROCÍNIO (2013, p.104):

(...) lançando mão de uma realidade vivenciada, como uma válvula motriz, inúmeros jovens produzem discursos verbais e visuais que possuem como objetivo a autoafirmação. Não são mais sujeitos anômalos e sem identidade, são agora membros de uma nova *filia*, um grupo crescente que utiliza como suporte discursivo as mais variadas formas de expressão.

Em outras palavras, a cultura Hip-Hop surgiu como alternativa à formação de uma identidade positiva para jovens de comunidades cujas referências locais de apoio foram suprimidas. O movimento Hip-Hop é a esperança de formação de uma política cultural que possibilite à assunção de uma identidade negra e/ou marginal com uma feição emancipatória (ROSE, 1997, p. 202).

O movimento Hip Hop chega ao Brasil timidamente na década de 70, mas é a partir da década de 80 que o movimento se torna mais consistente e organizado, passando a ocupar espaços no Centro de São Paulo, como a Rua São Bento e a Praça Roosevelt, (re)significando as relações culturais e possibilitando a reflexão política e social do jovem periférico, como explicita Martins:

A cultura hip hop ou a cultura de rua nasce no Brasil como um espaço de lazer e atuação da juventude com a emergência deste novo fator social juvenil: o jovem das favelas, das comunidades e dos bairros populares. Eles estavam presentes já a algum tempo, mas agora com maior âmbito de expressão, construíram novas formas de recreação e de resistência cultural, novas inscrições identitárias. MARTINS (2005, p.50).

Assim, tem início às manifestações do movimento Hip Hop no Brasil, dando voz aos socialmente silenciados e invisíveis, promovendo, através da arte, uma nova forma de manifestação política.

Na década de 1990, surgem as primeiras *posses*, que são os coletivos que reúnem os representantes dos elementos que compõem o hip hop (rap, break e graffiti), a fim de potencializar a abrangência dos trabalhos artísticos e discutir ações sociais e políticas a serem realizadas nas localidades onde cada representante atua, conforme nos explica Martins:

As *posses* envolvem três componentes básicos: o componente de caráter artístico com aperfeiçoamento das produções artísticas musicais dos grupos, caráter comunitário, que visa um trabalho de cunho assistencial na resolução de problemas básicos que carecem na comunidade, objetivo de caráter político com atividades desempenhadas enquanto véis militante na questão racial, da posição do negro na sociedade brasileira. MARTINS (2005, p.51).

Desta forma, esta geração de jovens, na sua grande maioria, negros, residentes em bairros periféricos, que eram diariamente expostas a conflitos sociais, conseqüentes das desigualdades características destas regiões e vítimas da violência estatal que criminaliza a pobreza, produziu como resposta à marginalização um discurso de contestação, que revelou de forma escancarada o descaso estatal quanto à população das periferias, a violência policial, os conflitos raciais e as situações de extrema desigualdade:

60 por cento dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela policia, três são negras. Nas universidades brasileiras apenas 2 por cento dos alunos são negros. A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente. (Racionais MC's. Capítulo 4, Versículo 3. Sobrevivendo no inferno. 1998).

O lançamento do grupo de rap Racionais MC's⁶, composto por moradores da periferia Sul de São Paulo, no ano de 1988 foi um marco para a cultura da Hip Hop no Brasil, uma vez que inspirou positivamente mais de uma geração de jovens da periferia, com o propósito de construir uma identidade de resistência e militância, capaz de

⁶ Os Racionais MC's é um grupo de rap brasileiro, fundado no ano de 1988, no bairro do Capão Redondo, Zona Sul de São Paulo, composto pelos Mc's Mano Brown (Pedro Paulo Soares Pereira), Edí Rock (Edivaldo Pereira Alves), Ice Blue (Paulo Eduardo Salvador) e KL Jay (Kleber Geraldo Lelis Simões). Os Racionais Mc's são considerados o grupo de rap mais influente do Brasil.

questionar o aparelhamento do sistema que oprime amplamente as comunidades carentes e alicerça as desigualdades sociais.

Assim, outros grupos de rap foram surgindo influenciados pela cultura Hip Hop e pela projeção dos Racionais MC's de forma que esta tipologia cultural foi se difundindo pelo Brasil e conquistando espaços nas diferentes mídias, (re)significando os posicionamentos de milhares de jovens periféricos que passaram a se utilizar do Hip Hop como forma de protesto, militância e pedagogia social.

O Hip Hop não foi a única ferramenta de emancipação social utilizada pelos moradores da periferia para problematizar o sistema de segregação social. Estas pessoas também passaram a fazer uso da literatura marginal, conforme explicitaremos a seguir.

4. Literatura marginal: Escritos à margem

A *Literatura Marginal*, composição literária de autores residentes em comunidades socialmente marginalizadas, ou seja, que estão à margem da sociedade e das obras literárias que tradicionalmente circulam no mercado editorial surgiu no Brasil na década de 70, durante o período de Ditadura Militar, e como forma de insubmissão à repressão, um grupo de escritores registrava seus poemas em folhas mimeografadas, e os compartilhava em lugares comuns, como cinemas, bares, pequenos mercados, entre outros. Érica Peçanha do Nascimento, estudiosa dos movimentos culturais na periferia, define Literatura Marginal:

O termo Literatura marginal tem três significados, o primeiro se refere à produção dos autores que estariam à margem do corredor oficial das divulgações de obras literárias...O segundo significado está associado aos textos com um tipo de escrita que recusaria a linguagem institucionalizada ou os valores literários de uma época. Entretanto, o terceiro significado encontra-se ligado ao projeto intelectual do escritor e releu o contexto de grupos oprimidos, buscando retratá-los nos textos. NASCIMENTO (2006, p.11).

Assim, a literatura marginal se caracteriza por um movimento literário e identitário da periferia, a linguagem adotada nas obras é coloquial, composta por ironias, gírias e críticas sociais, desvinculada dos conceitos tradicionais de linguagem culta, inicialmente denominadas como *ideais* pelas elites econômicas e culturais. Não existe espaço para preconceito linguístico na literatura marginal.

A estruturação cultural nas periferias está diretamente ligada à atuação de escritores de literatura marginal, que utilizam sua arte para compor questionamentos de ordem política e social, (re)significando às demandas da periferia.

A eclosão do movimento de literatura marginal aconteceu a partir do ano 2000, com o lançamento de três edições especiais da Revista *Caros Amigos/Literatura Marginal: a cultura da periferia* nos anos de 2001, 2002 e 2004, organizadas pelo escritor Ferrez⁷. Essas três edições da revista apresentavam aos leitores 48 autores (majoritariamente paulistas), através de 80 textos, entre eles, poemas, letras de rap, crônicas e contos. Estes escritores eram provenientes das camadas populares e moradores das periferias, para eles, a literatura marginal funcionava como uma ferramenta artística de denúncia à situação de marginalidade, seja ela social ou editorial, vivenciada por eles, que tinham como objetivo expressar as demandas de sujeitos tidos como marginais, *dando voz* a grupos sociais silenciados, para assim, atribuir novos significados às periferias urbanas, localidades socialmente invisibilizadas. Ferrez, justifica a relevância social da literatura marginal:

Uma coisa é certa, queimaram nossos documentos, mentiram sobre nossa história, mataram nossos antepassados. Outra coisa também é certa: mentirão no futuro, esconderão e queimarão tudo que prove que um dia a classe menos beneficiada com o dinheiro fez arte.

Jogando contra a massificação que domina e aliena cada vez mais os assim chamados por eles de "excluídos sociais" e para nos certificar de que o povo da periferia/favela/gueto tenha sua colocação na história, e que não fique mais quinhentos anos jogado no limbo cultural de um país que tem nojo de sua própria cultura, a literatura marginal se faz presente para representar a cultura de um povo, composto de minorias, mas em seu todo uma maioria.

E temos muito a proteger e a mostrar, temos nosso próprio vocabulário que é muito precioso, principalmente num país colonizado até os dias de hoje, onde a maioria não tem representatividade cultural e social, na real, nego, o povo num tem nem o básico pra comer, e mesmo assim, meu tio, a gente faz por onde ter us barato pra agüentar mais um dia.

Mas estamos na área, e já somos vários, estamos lutando pelo espaço para que no futuro os autores do gueto sejam também lembrados e

⁷ O escritor Ferréz projetou-se nacionalmente com *Capão Pecado*, um romance baseado nas suas experiências sociais como morador de um bairro tido como periférico e bastante associado à violência, o Capão Redondo, localizado na Zona Sul de São Paulo. Com o sucesso alcançado pelo livro, Ferréz foi convidado a atuar como colunista da revista *Caros Amigos* e aproveitou-se desta oportunidade para viabilizar seu projeto de literatura marginal em revista. As três edições somaram 15 mil exemplares vendidos e, a partir de então, a designação "literatura periférica" ou "literatura da periferia" passou a ser utilizada como sinônimo de "literatura marginal" pelos próprios escritores das referidas edições especiais e também por jornalistas, no intuito sintetizar as características dessa produção literária ou mesmo de marcar a o local de moradia dos autores (NASCIMENTO, 2006).

eternizados, mostramos as várias faces da caneta que se faz presente na favela, e pra representar o grito do verdadeiro povo brasileiro, nada mais que os autênticos, é como a pergunta do menino numa certa palestra:

— Como é essa literatura marginal publicada em livros?

Ela é honrada, ela é autêntica e nem por morarmos perto do lixo fazemos parte dele, merecemos o melhor, pois já sofremos demais.

(Disponível em:

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR71411-5856,00.html>. Acesso em 28/05/2016).

Salientamos que, os projetos de ação cultural organizados nas periferias atuam de forma positiva ao provar que as regiões marginalizadas, comunidades e favelas também são espaços promotores e consumidores de cultura e que o termo *cultura autêntica*, necessita ser constantemente problematizado e ressignificado.

Desta forma, podemos observar que os sujeitos periféricos, que atuam em ações culturais na periferia, tem conquistado espaço político ao se apresentarem como representantes de uma categoria populacional que foi historicamente silenciada e invisibilizada, atribuindo assim, novos significados a construção identitária dos moradores destas regiões, em especial, os jovens, que descobrem através da arte, um caminho de visibilidade, expressão cultural e atendimento às suas demandas sociais.

Assim, abordaremos no próximo item, algumas questões relevantes quanto à construção identitária dos jovens na periferia.

5. Construção identitária dos sujeitos periféricos

O sociólogo Bauman (2005), define identidade como autodeterminação, ou seja, o eu postulado. Segundo este estudioso, as identidades comumente referem-se às comunidades como sendo as entidades que as definem.

O século XX transformou o modo de ser e pensar do homem. A era das revoluções e das contestações sociais apresentaram novas demandas e a necessidade de auto-afirmar estes atores inéditos promoveu o conceito de multicultural, que segundo o estudioso Stuart Hall, seria uma sociedade na qual em seu interior convivem comunidades culturais distintas, assim como os problemas governamentais que são resultados desta convivência HALL (2008 p. 53).

Desta forma, o discurso sobre multiculturalismo, elenca a concepção de diferença como algo positivo e o conceito de identidade associado ao indivíduo análogo sofreu profundas alterações, deslocando, inclusive, a ordem social dos sujeitos.

Ainda segundo Stuart Hall, “as velhas identidades, que por tanto tempo estatizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado” (HALL, 2006, p.07). Portanto, não se trata apenas de uma possível crise de identidade de sujeitos, no centro destas questões estão processos mais complexos de alterações nas estruturas sociais pós-modernas, o que resulta na deterioração dos quadros de referência dos sujeitos. Assim se dá o fim do mundo social estável. HALL (2008 p.55).

Esta flexibilidade permite com que os sujeitos se identifiquem com distintas referências culturais, de forma que sua auto-afirmação seria então determinada, por escolhas políticas. Os processos de auto-afirmação têm definido a dinâmica de pertencimento identitário dos sujeitos pós-modernos, tendo a globalização atuado como descentralizadora de pertencimento neste processo, conforme colocado por Hall:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. HALL (2006, p.09).

A identidade na pós-modernidade é um relevante fator político. Ainda, segundo Hall, existe uma ruptura entre nacionalismo, tradição e fundamentalismo religioso, que leva os indivíduos a um processo de hibridismo social, culminando com a produção de novas identidades culturais.

Segundo Zygmund Bauman, as instituições de referência dos indivíduos na modernidade líquida, passaram por processos de falência, de forma que os sujeitos se encontrariam livres e desamparados para assim, realizarem novas escolhas em um mundo em amplo processo de transformação. Ou seja, a escolha da identidade é uma questão aberta e os indivíduos podem se identificar segundo suas necessidades, desejos e ocasiões:

É nisso que nós, habitantes do líquido mundo moderno, somos diferentes. Buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades em movimento — lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo. (BAUMAN, 2005, p. 32)

Assim, Bauman apresenta que a identidade na pós-modernidade está agregada ao conceito de pertencimento provisório, de forma que o sujeito se retrata como inseguro, dividido e perdido. Desta forma, o autor aponta o surgimento de “*movimentos comunitários culturais identitários*”, os quais atuam como espécie de abrigos seguros diante de mudanças sociais incertas BAUMAN (2005, p.33).

Desta forma, podemos afirmar que, segundo os conceitos de Hall e Bauman, a construção de identidades ligadas à características territoriais de um povo, se apresenta como uma forma mais estável, segura e menos individualista, conseqüentemente, menos provisória, transmitindo segurança a sujeitos que adotam discursos coletivos de caráter político como a representação de um povo.

A autora Kathryn Woodward também oferece contribuições significativas para as questões identitárias. Segundo a autora, a marca fundamental da identidade é a heterogeneidade. Não se tratando apenas de uma diferença a nível espacial, e sim a diferença de todos os símbolos por ela veiculados, de forma que *branca e burguesa*, são elementos que pressupõem uma distinção, atuando como elementos de diferença, que são, a priori, expressos através de uma localização. Estas diferenças não são imutáveis, são fruto de violências simbólicas oriundas da exclusão social e fortalecidas pelas relações de poder:

Elas não só são definidas como também são impostas, elas não convivem harmoniosamente, lado a lado em um campo sem hierarquias, elas são disputadas. A identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder; o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. WOODWARD (1999, p.81).

Através deste pressuposto é que podemos contemplar o sentido político das ações culturais desenvolvidas na periferia de São Paulo, ou seja, ao se promover uma cultura de pertencimento e a esta vincular signos e símbolos, se está estabelecendo relações de poder, consolidando novas formas de projetar a vida, a arte, a comunidade e a si mesmo como ator social. Esta visão de mundo (re)significada, procedente da

identidade, é desempenhada pelas representações, que são os recursos de rotulação do mundo e das relações provenientes da vida em sociedade.

É importante salientar que, tanto nas letras de rap, quanto nos textos de literatura marginal, a afirmação “sou da periferia” está amplamente presente, o que nos remete a idéia de pertencimento, seja ela relacionada ao lugar, a cultura a vida. A expressão “ser”, neste sentido, atribui a idéia de identificação e pertencimento. Contudo, os padrões identitários estão sujeitos a história, por isso, passa constantemente por processos de (re)significação. De acordo com Hall, investir na investigação das “identidades dentro e fora do discurso produzidos em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”. HALL (2000, p. 109).

Para concluir nossas reflexões, ancorados nas concepções de Stuart Hall, entendemos como identidade cultural pontos de identificação que podem ser instáveis no interior de discursos de história e cultura, de forma que identidade é muito mais que uma essência, e sim um posicionamento. Assim, a identidade se situa baseada na memória individual e coletiva dos indivíduos, através dos esquemas de representação dos lugares, concomitante com os processos de construção e apropriação dos espaços, promovendo assim, o estabelecimento de relações de pertencimento, (re)significando as relações de poder, e com isso, estabelecendo vínculos identitários.

Considerações finais

Através deste estudo, podemos contribuir para um debate a respeito da periferia como espaço produtor e consumidor de cultura. De acordo com o Mapa da Violência 2015, os homicídios ocorridos na Cidade de São Paulo têm especificações similares, tais como jovens negros, do sexo masculino, residentes nas zonas periféricas.

A exclusão social ocasiona a violência, e o Estado atual responde de forma hostil a estas demandas através de forte aparelhamento de segurança pública destinada à proteção das camadas abastadas da sociedade, em conjunção com a repressão policial, promovendo assim, a criminalização da pobreza.

Em resposta a estas condições, emergiram alguns movimentos culturais, tais como o Hip Hop, originário dos Estados Unidos, que no Brasil, passou a atuar como ferramenta auxiliar na construção de uma identidade afirmativa para jovens em

comunidades periféricas, cujas referências identitárias foram suprimidas pela segregação, violência e exclusão social.

A Literatura Marginal também atua como movimento cultural contestatório, *dando voz* a grupos sociais silenciados, para assim, atribuir novos significados às periferias urbanas, localidades socialmente invisibilizadas. Portanto, entendemos que os projetos de ação cultural organizados nas periferias atuam de forma positiva ao provar que as regiões marginalizadas, comunidades e favelas também são espaços promotores de cultura.

Acrescentamos que, para superar a violência, é necessário mais do que investimento em aparato policial, é preciso assegurar que as políticas públicas e investimento social abranjam de forma democrática todos os cidadãos, adentrando as periferias, empoderando as comunidades, que teriam na inclusão social, uma ferramenta para superar, de forma efetiva, a violência.

Inferimos que os sujeitos periféricos, que atuam em ações culturais nas comunidades, tem conquistado espaço político, atribuindo assim, significados positivos na construção identitária de jovens habitantes destas regiões, que descobrem através de símbolos artísticos um possível caminho de visibilidade e voz, conseqüentemente, o sentimento de pertencimento que promove a (re)significação dos espaços, superando assim, as visões estereotipadas da periferia, que passa a ser reconhecida pelo seu valor cultural, histórico e social.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERREIRA, Maria Nazareth e outros. **Globalização e Identidade Cultural na América Latina: a cultura subalterna no contexto do liberalismo**. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos – CBELA, 2008.

FERRÉZ. **Manifesto de abertura: Literatura Marginal**. *Net*, São Paulo. Seção Editorial. Disponível em:
http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/edicoes_especiais/editorial.asp. Acesso em: 25 mai. 2016

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, T. T. (ORG). *Identidade e diferença: as perspectivas dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, Rosana. **Hip-Hop. O estilo que ninguém segura**. 1. Ed. São Paulo: Esetec Editores Associados, 2005.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **“Literatura marginal”: os escritores da periferia entram em cena**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo, 2006.

PATROCINIO, Paulo Roberto Tonani do. **Escritos a margem: a presença literária de autores de periferia na cena literária brasileira**. 1. Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2013.

POCHMANN, Marcio. **Economia solidária no Brasil: Possibilidades e limites**. *Mercado de trabalho IPEA/Nota Técnica*, 24 ago. 2004

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2008.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 30.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, T. T. (ORG). *Identidade e diferença: as perspectivas dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 1999.